

NOTAS TEÓRICAS SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO

uma possível interpretação crítica para a geografia das relações sociedade-natureza sob o capitalismo*

Ernesto Gomes Imbroisiⁱ

Mestrando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Este artigo debruça-se sobre a política ambiental de mercadificação da natureza como modelo de gestão e conservação para o Parque Nacional da Tijuca, num contexto de consolidação do projeto neoliberal para a cidade do Rio de Janeiro. Essa conjuntura representa a emergência da questão ambiental como uma nova contradição da problemática urbana, relacionada diretamente à contradição sociedade e natureza sob a contemporaneidade do capitalismo. Para tal buscaremos construir algumas mediações necessárias entre a Geografia e o marxismo, a fim de demonstrar o potencial epistemológico e metodológico da integração entre a Geografia e o materialismo histórico e dialético na interpretação dessas novas contradições, colaborando na constituição de uma teoria social do espaço fundamentada nos aportes teóricos da economia política do espaço.

Palavras-chave: Natureza, Sociedade, Geografia, Marxismo, Economia Política do Espaço.

THEORETICAL NOTES ON POLITICAL ECONOMY OF SPACE: A POSSIBLE CRITICAL INTERPRETATION FOR THE GEOGRAPHY OF RELATIONS SOCIETY-NATURE UNDER CAPITALISM

Abstract

This article focuses on environmental policy of commodification of nature as model of conservation and management for Tijuca National Park, in the context of consolidation of the neoliberal project for Rio de Janeiro city. This scenario represents the emergence of the environment as a new contradiction of urban issues, directly related to society and nature in contradiction to contemporary capitalism. For intent, we will try to build some necessary mediations between Geography and Marxism, aiming to demonstrate the epistemological and methodological potential of integration between that and the historical and dialectical materialism in interpreting these new contradictions, collaborating in the creation of a social theory grounded in the theoretical framework of political economy of space.

Keywords: Nature, Society Geography, Marxism, Political Economy of Space.

ⁱ *Correspondência:* Rua Tobias Moscoso, n. 238, apt. 102. Ipanema. Rio de Janeiro – RJ. Brasil. CEP: 22080-030.

E-mail: egigeo@yahoo.com.br.

O mundo recebe a ação do homem. O trabalho e seus instrumentos não são uma violência imposta à natureza. O homem permanece uma parte da natureza e, também, seu instrumento. E a natureza é recriado pelo homem, e toma uma forma humana sem deixar de ser a natureza. A poesia, como o sentido cósmico, deve ser restituída à dialética.

– Henri Lefebvre e Norbert Guterman

O Parque Nacional da Tijuca é uma das maiores florestas urbanas do mundo, abrigando ícones da paisagem carioca, o Cristo Redentor, Pão de Açúcar, Floresta da Tijuca, etc. Interessante pensar que todo esse patrimônio – ecológico e cultural – está inserido nessa cidade que passou a receber um grande fluxo de capital e investimentos para a realização dos megaeventos. Os grupos empresariais, atrelados ao corpo político dirigente, precisam garantir a viabilidade política para que o capital possa circular sem barreiras e possa se reproduzir de forma ampliada. Essas elites econômicas estão impondo um modelo de planejamento (estratégico) da cidade de caráter neoliberal. A gestão e administração do espaço citadino passam a ter um estilo muito mais empreendedor, que busca investir em infraestrutura ligada às atividades turísticas se aproveitando desses eventos internacionais (FERREIRA, 2011). Dentro desse contexto, a Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – visando os grandes eventos que estão por vir, criaram uma nova ferramenta para angariar recursos para projetos de manejo e conservação do parque. Essa parceria estabeleceu a criação do Fundo Tijuca, com o intuito de concentrar recursos de potenciais parceiros e patrocinadores da iniciativa privada. Isso se daria a partir da valorização (mercadificação) de áreas do parque para a adoção e o patrocínio de empresas¹.

Quando a política ambiental de sustentabilidade para o Parque da Tijuca preconiza a mercadificação da natureza como modelo de sustentabilidade, fica claro que se está tentando uma solução para as questões relacionadas a conservação e ao manejo do Parque da Tijuca fundamentada pelos aportes teóricos da economia

¹ Ver termo de referência para a contratação de “estudo de potencial de captação de recursos por meio da adoção de áreas e patrocínio ao Parque Nacional da Tijuca, município do Rio de Janeiro-RJ” (ICMBIO; SOS MATA ATLÂNTICA, [2013]).

política clássica, a qual se baseia na supremacia do mercado. Isso significa que na atual conjuntura, a mercadoria e a lógica do capital ampliaram os seus tentáculos para todas as dimensões da vida, não se restringindo só ao chamado mundo do trabalho. Assim, a dimensão ambiental – ou melhor, a forma como vamos nos relacionar com a natureza – passa a ser definida pelo mundo da mercadoria e pelo valor de troca. Por tanto, esse artigo visa contribuir para uma possível interpretação da questão ambiental à luz da problemática urbana, utilizando-se da perspectiva teórica da economia política do espaço na análise da relação sociedade-natureza na atual conjuntura do capitalismo.

A nossa reflexão se apoiará no pensamento crítico dentro das ciências humanas, principalmente aquela vinculada à tradição marxista - também chamada de crítica da economia política - como fundamento. Optamos então pelo encaminhamento teórico intitulado por Henri Lefebvre de *economia política do espaço* (LEFEBVRE, 1991). A nossa escolha por essa teoria é a tentativa de concretizar e consolidar a construção de uma "(...) *teoria social do espaço* nos marcos de uma *Geografia crítica radical*" (CARLOS, 2011, p. 102) tendo como centralidade a categoria de produção do espaço (CARLOS, 2011) fundamentada nas obras de Henri Lefebvre. Por isso, partimos do pressuposto de que, o conflito entre sociedade e natureza no atual contexto de expansão da lógica do valor para outras esferas da vida, tem como sentido principal a mercadificação da natureza. O que estamos tentando demonstrar, é que na atual conjuntura histórica do capitalismo, dominada pela lógica urbana e industrial, a natureza ganha o estatuto de (nova) raridade passível de ser valorizada no mercado (SANTANA, 1999). Esse processo ocorre através da produção e comercialização desses espaços - a natureza - com o intuito de viabilizar a reprodução do capital e do capitalismo. Nesse sentido, o espaço passa a ter uma nova condição, já que é através do seu domínio e da sua produção pelo mercado que o capital se viabiliza.

Não faremos uma exposição *a priori* dessa abordagem, vamos procurar construí-la ao longo do artigo tentando alinhar o escopo conceitual da Geografia com os postulados teóricos do pensamento marxista. Partimos do pressuposto de que

tanto a Geografia como o marxismo² apresentam a relação sociedade e natureza como um caráter ontológico das suas abordagens. Tentaremos, demonstrar que a Geografia e o marxismo - mas principalmente o marxismo, que foi acusado por muitos ambientalistas e estudiosos da natureza de ter relegado os problemas ambientais à questões de menor importância frente a exploração da classe trabalhadora - são importantes epistemologicamente e metodologicamente para compreender as novas estratégias de acumulação do capital resultantes da incorporação da natureza à lógica mercantil. Na terceira parte do artigo, aproximaremos a Geografia e o marxismo a partir da economia política do espaço, com o intuito de ajudar a compreender as contradições do espaço que envolvem a relação sociedade e natureza na atual conjuntura do capitalismo. Começaremos pela Geografia.

A relação sociedade e natureza e o conhecimento geográfico: uma questão de método

No Dicionário de Geografía Humana organizado por Gregory, Smith e Johnston, o verbete Geografia é definido como: "estudo da superfície da terra como espaço em que se desenvolve a vida da população humana"³ (1987, p. 198) e, com objetivo explicativo, os autores apresentam três características essenciais da geografia, i) "a importância da localização. A geografia estuda as variações locais ou espaciais nos fenômenos sejam físicos ou humanos, que tem lugar sobre a superfície da terra"; ii) "a ênfase de caráter ecológico que insere a geografia nas relações entre o homem e a terra"; iii) "a análise regional, em que se fundem os enfoques espacial e ecológico que acabamos de descrever"⁴ (1987, p. 199). Ficou claro para nós, que a partir deste verbete, a Geografia, como campo do conhecimento

² Estamos usando a expressão marxismo no presente trabalho, para sintetizar as contribuições teóricas e metodológicas do materialismo histórico e dialético.

³ "Estudio de la superficie de la tierra como espacio en el que se desenvuelve la vida da población humana" (GREGORY; SMITH; JOHNSTON, 1987, p. 198).

⁴ Tradução livre do seguinte trecho no original: i) "la primera es la importancia de la localización. La geografía estudia las variaciones locacionales o espaciales en los fenómenos, sean físicos o humanos, que tienen lugar sobre la superficie de la tierra"; ii) "la segunda característica es el énfasis de carácter ecológico que pone la geografía en las relaciones entre el hombre y la tierra"; e iii) "el tercer tema característico de la geografía es el análisis regional, en el que se fusionan los enfoques espacial y ecológico que acabamos de describir" (GREGORY; SMITH; JOHNSTON, 1987, p. 199).

apresentou a peculiaridade de tentar integrar as duas grandes áreas do conhecimento, as ciências humanas e ciências naturais.

Porém, a institucionalização da Geografia como ciência ocorre no final do século XIX, no esteio da construção do mundo moderno, marcado excessivamente pela fragmentação do conhecimento em pares binários e opostos⁵, que podem ser explicitadas pelos diversos pares dicotômicos que marcam a modernidade⁶. Dentro desse contexto, cabe ressaltar que o sonho de ciência integradora, na origem, já nasce predestinada ao fracasso. Dessa forma a construção da Geografia como ciência segue o mesmo caminho do parcelamento do conhecimento instituído pela modernidade, nesse sentido, se consolidam as duas grandes correntes do pensamento geográfico: a geografia física e a geografia humana. A efetiva integração – sociedade e natureza – pelo pensamento geográfico se mostrou de difícil realização devido a falta de um método que unificasse as dimensões sociais e naturais do espaço geográfico. Esse cenário de dualização da ciência geográfica ainda é hegemônico nos dias de hoje. Isso se agrava, se levarmos em consideração, que a conjuntura atual é marcada por intensos e graves problemas ambientais decorrentes de uma relação sociedade-natureza comandada pelo império do lucro; e, nesse sentido, urge tentar religar os laços epistemológicos entre as perspectivas humanas e físicas da Geografia, nos parece, que ainda hoje, o problema do método persiste.

Os geógrafos, tanto físicos quanto humanos, nunca falaram tanto das relações entre sociedade e natureza quanto nos dias atuais. Na prática, porém, a geografia humana permanece alheia à dinâmica da natureza, tanto quanto a geografia física à dinâmica da sociedade. Os geógrafos físicos ou geomorfólogos se restringem a tentativas incipientes de incluir o ser humano ou a população (quase nunca a sociedade) nas suas interpretações. Os geógrafos humanos se limitam a ver o ambiente como substrato físico, que é passivamente transformado pela sociedade (COELHO, 2001, p. 19).

Parece-nos que a autora acima exagera na generalização, muitos geógrafos, físicos e humanos, fizeram esforços frutíferos em tentar, pelo menos, aproximar as dimensões sociais e naturais da realidade. Um desses autores é Francisco Mendonça (2001). Esse autor tem uma extensa produção acadêmica, em que a sua principal contribuição é a construção de novas perspectivas metodológicas para a compreensão, do que chama de problemas socioambientais. Seu embasamento teórico se

⁵ Henri Lefebvre chama de metafísica, "aquele pensamento que separa o que é ligado" (LEFEBVRE, 1995, p. 53) na realidade.

⁶ Sujeito e objeto, natureza e sociedade, matéria e espírito, entre outras.

fundamenta nas perspectivas holísticas, concebendo a interação sociedade e natureza de forma multi e interdisciplinar. Sua proposta, que é extremamente pertinente por reconhecer, pelo menos retoricamente, que os fenômenos naturais e os fenômenos sociais apresentam a mesma importância para a compreensão da realidade. Nesse contexto, o autor adota uma posição de ecletismo metodológico, com o objetivo de tentar expressar a multidimensionalidade do real. Esse suposto ecletismo se materializaria de acordo com cada objeto de estudo, que induziria o pesquisador a selecionar as técnicas e as metodologias de trabalho condizentes com a sua proposta de pesquisa. Apesar do esforço essa perspectiva não constrói o rigor teórico-metodológico necessário para enfrentar a empreitada de integrar a geografia física e a geografia humana. Adotar a posição de que o real é complexo, e de que devemos a todo o custo dar conta dele, nos coloca de frente da impossibilidade de nos apropriar inteiramente da realidade⁷. Lefebvre (1999) nos lembra que todo método apresenta simultaneamente e contraditoriamente um ponto cego. Isso significa que, toda posição metodológica ilumina uma face do real, e concomitantemente, essa mesma luz, cega um outro lado da realidade (LEFEBVRE, 1999). O que precisamos ter é clareza dos limites e possibilidades que nossa opção metodológica nos oferece. Além do mais, Mendonça (2001) não consegue efetivamente integrar o social e o natural com a sua abordagem, pois mantém cada dimensão em separado, com seus próprios aportes teóricos e metodológicos. Porém a dicotomia geografia humana e geografia física permanece.

Em outro trabalho, Francisco Mendonça (2009) aprofunda a sua abordagem anterior criando um instrumento metodológico chamado de SAU - Sistema Socioambiental Urbano, que é um modelo teórico para ser aplicado aos problemas ambientais do espaço urbano. Esse recorte foi escolhido pelo autor por considerar que o espaço das cidades é o mais propício às vulnerabilidades socioambientais decorrentes da ação humana sobre a natureza. O SAU é um modelo teórico esquemati-

⁷ Henri Lefebvre nos deixa como herança o método da ritmanálise como possibilidade real e concreta de unificar a multidimensionalidade do real em uma única abordagem. "[...] mesmo se a ritmanálise consegue isolar um ritmo inconcluso num conjunto de ritmos, mesmo se podemos desfazer o pacote de ritmos apresentando componentes naturais e ritmos com função mais social ou mental, não perdemos jamais de vista o movimento desse conjunto" (MOREAUX, 2013, p. 180). Entendemos, que de alguma forma, Lefebvre, na abordagem da ritmanálise, propõe uma dialetização dos métodos. Algo bem diferente de uma abordagem eclética das diversas possibilidades de metodologias.

zado de forma linear e hierarquizado em sistemas e subsistemas, de acordo com o fluxos de matéria e energia derivados da dinâmica entre natureza e sociedade, e as possíveis soluções para os problemas ambientais decorrentes desses processos (MENDONÇA, 2009). Fica muito claro para nós o enorme esforço que o pesquisador faz para superar a dicotomia no pensamento geográfico e para a ciência como um todo. Isto porque, pelo menos, ele consegue estabelecer um diálogo e uma zona de contato entre os aspectos biofísicos e a produção humana. Porém, repetindo a crítica supracitada, não há superação na abordagem dicotômica, e sim uma abordagem, no máximo interdisciplinar entre os fenômenos físicos e sociais (o que já é de extrema relevância). Os estudos físicos permanecem independentes em relação aos estudos sociais, e vice-versa, já que cada instância permanece com o seu método próprio de análise. Permanecemos assim com o mesmo impasse: o bloqueio metodológico.

É importante ressaltar dentro dessa discussão que alguns autores, como Marcelo Lopes de Souza, reforçam a nossa interpretação, quando afirma que cada polo da Geografia apresentaria a sua especificidade metodológica, e que seria, talvez, prudente e realista de nossa parte reconhecer que a ciência geográfica é epistemologicamente bipolarizada (SOUZA, 2013). Essa posição teórica demonstra que na atual conjuntura, não há método que consiga integrar efetivamente as dimensões física e humana no pensamento geográfico. Ainda assim, o mesmo autor faz colocações importantes sobre a natureza da geografia e sobre formas de entendimento e aproximações entre a geografia física e humana.

A Geografia é irremediável e estonteantemente plural. Na medida em que os geógrafos "físicos" admitam que a própria ideia de "natureza" é histórica e culturalmente construída (ou seja, compreendendo que o conhecimento ecogeográfico só adquire pleno sentido à luz da dinâmica social) e que a "natureza" que lhes interessa não deveria, em diversos níveis, ser entendida em um sentido "laboratorial" e "desumanizado" (no máximo recorrendo a conceitos-obstáculo como "fator antrópico"), e na medida em que os geógrafos "humanos", de sua parte, reconheçam que os conceitos, raciocínios e resultados empíricos da pesquisa ambiental (em sentido estrito) podem lhes ser muito úteis (articulando esses conhecimentos, sejam aqueles sobre ilhas de calor, poluição ou riscos de desmoronamentos/deslizamentos, aos seus estudos sobre segregação residencial ou problemas agrários) [...]. (SOUZA, 2013, p. 28)

Dentro desse contexto, cabe colocar em evidência, que Francisco Mendonça é um dos poucos geógrafos que consegue realizar de forma satisfatória as aproxi-

mações e os diálogos entre a geografia física e a humana presentes na citação acima. Porém, não supera, a partir do método, a dicotomia histórica entre as dimensões física e humana na Geografia.

Finalizamos essa primeira parte do artigo, que objetivava a realização de uma breve reflexão sobre a relação sociedade e natureza na Geografia. Podemos concluir que há um claro empecilho metodológico para efetivar uma abordagem verdadeiramente crítica sobre a integração efetiva entre natureza e sociedade na Geografia. Para isso, nas páginas a seguir, quando o diálogo entre Geografia e marxismo começar a se fundar, tentaremos demonstrar que o pensamento crítico de base marxista é fundamental/fundante para compreender o papel da natureza hoje no capitalismo.

Contribuições teóricas para o debate sobre a contradição natureza e sociedade no marxismo

Há uma grande polêmica no seio do pensamento marxista sobre a reflexão em torno do papel da natureza e das questões ecológicas na obra de Karl Marx e nas produções dos marxistas posteriores. Aqui cabe ressaltar um ponto muito importante: devemos ter clareza que há uma certa autonomia no pensamento de Marx em relação aos marxismos, e isso se deve ao fato de que muito do que se atribuiu ao próprio Marx é derivado de distorções, equívocos e apropriações equivocadas dos seus escritos (POGREBINSCHI, 2009). Dentro desse contexto precisamos compreender que certas críticas atribuídas a Marx e aos marxistas de forma geral, devem ser sempre contextualizadas, algo nem sempre feito pelos críticos. Devemos sempre perguntar de que marxismo estamos falando; de que escola e/ou corrente; de que período histórico; e de que autor.

Há uma infinidade de posições acerca do debate e do entendimento das questões ecológicas e da natureza no marxismo. Começaremos essa discussão com as constatações de Michael Löwy nessa polêmica. Para ele

a) os temas ecológicos não ocupam um lugar central no dispositivo teórico marxiano; b) os escritos de Marx e Engels sobre a relação entre sociedades humanas e a natureza estão longe de serem unívocos, e podem portanto ser objeto de interpretações diferentes; c) a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical (LÖWY, 2005, p. 19 e 20).

Os pressupostos citados pelo autor giram em torno de três elementos indissociáveis, contraditórios e complementares, que podem se associar a cada tópico por ele assinalado; estamos falando de uma posição teórica, interpretativa e política frente ao tema ambiental na obra marxista. O primeiro deles, e o de maior controvérsia, é que a perspectiva ecológica não era central nos estudos de Marx. Veremos mais adiante posições de autores que contrariam essa posição. O segundo, diz respeito à diversidade de interpretações no âmbito do marxismo frente ao debate sobre a relação sociedade e natureza na obra do Marx. A questão interpretativa já foi, de alguma forma, trilhada por nós nos parágrafos acima. E diz respeito à diversidade de correntes possíveis no pensamento marxista. Tentaremos mais à frente discorrer um pouco melhor sobre o tema. E, por último, urge ao materialismo histórico e dialético incorporar de forma crítica a ecologia em uma perspectiva anti-capitalista.

É importante também destacar algumas críticas que são comumente associadas a Marx, circunscritas ao redor desse debate. Francisco Mendonça, referindo-se mais especificamente à geografia crítica, afirma, categoricamente, que a natureza na abordagem marxista é somente um dado, reduzido à ideia de um recurso que é obtido a partir dos processos sociais para serem transformados em bens. Por isso, o autor conclui, que há uma incapacidade no método da geografia crítica em analisar os estudos físicos e as questões ambientais, permitindo somente estudos parciais sobre essas questões (MENDONÇA, 2001). Essa posição é simultaneamente verdadeira e falsa. Muitos marxistas realmente cometem esse equívoco, principalmente dentro da abordagem ortodoxa e dogmática, que em muitas situações presta um desserviço ao pensamento crítico, vulgarizando os conceitos, as teorias e o próprio método. Porém, se resgatarmos uma pequena passagem de *O Capital*, de Marx, poderemos perceber que há um naturalismo ontológico no funcionamento das sociedades em qualquer tempo histórico, compreendendo o homem como um ser efetivamente natural.

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2003, p. 64-65)

Retornaremos a essa discussão mais a frente. John Bellamy Foster (2005), no seu livro "A ecologia de Marx: materialismo e natureza", enumera mais algumas críticas comumente associadas a Marx: 1) as afirmações ecológicas dos seus escritos não tem relação alguma com a proposta e com o corpo da sua obra; 2) que esses trechos derivam de modo desproporcional da sua crítica à alienação, e são mais evidentes nas suas obras iniciais; 3) Marx não conseguiu incorporar na sua teoria de valor a exploração da natureza, adotando em vez disso uma visão produtivista e prometética; 4) na visão de Marx, a tecnologia e o desenvolvimento econômico capitalista já haviam resolvido os problemas dos limites ecológicos; 5) faltava base científica para que Marx tivesse capacidade para analisar as questões ecológicas; 6) Marx separava radicalmente o ser humano das outras espécies animais, tomando partido da primeira (FOSTER, 2005). Porém, uma outra referência, de Carlos Frederico B. Loureiro (2007), procura reconstruir a contribuição que a tradição crítica do materialismo histórico dialético pode dar para à questão ambiental, consegue, de forma mais objetiva, superar as críticas acima. O autor afirma que a tradição marxista apresenta uma vigorosa compreensão das relações sociais dos homens com a natureza (ALTVATER, 2006 apud LOUREIRO, 2007) contribuindo para o entendimento de que essas relações pertencem à totalidade complexa da vida, e que a apropriação da natureza é relativa a cada modo de produção (LOUREIRO, 2007); que tem a capacidade de explicar as diferentes formas de uso e apropriação da natureza, a partir das características econômicas, políticas e culturais de existência social (CHAUÍ, 2006 apud LOUREIRO, 2007); o método dialético permite uma leitura não dicotômica dos temas da contemporaneidade; a natureza nas obras de Marx apresenta uma prioridade ontológica em relação a sociedade, há um *a priori* de que a natureza antecede a existência do homem, adotando uma postura filosófica materialista; algumas de suas insuficiências na questão dos limites ecossistêmicos, por exemplo, decorre mais do contexto histórico de vida de Marx, do que de incapacidade teórico-metodológica nas questões ambientais (LOUREIRO, 2007). Com os argumentos desferidos pelo autor, fica claro para nós a enorme contribuição teórico-metodológica que o materialismo dialético fundado por Marx tem para refletir e compreender as questões ambientais da atualidade. Ainda mais quando os complexos problemas relativos a sustentabilidade ganham centralidade

na cidade do Rio de Janeiro, principalmente com modelos de gestão da natureza que priorizam mecanismos de mercado como forma de combate à degradação do bioma Mata Atlântica, como o que começa a acontecer no Parque Nacional da Tijuca, através da valoração de áreas do Parque, com o intuito de arrecadar recursos com a finalidade de estabelecer parcerias, principalmente com a iniciativa privada. Isso é um sintoma claro, de que entramos em um período perigoso da história humana, no qual todas as dimensões da sociedade estão reduzidas à lógica da mercadoria (JAPPE, 2000). Nesse contexto, o real não nos deixa dúvida, e recuperar Marx e seu método é fundante. Quem não se lembra do célebre primeiro capítulo de O Capital, quando, dialeticamente, ele dissecou o modo de produção capitalista, tendo como ponto de partida a mercadoria (MARX, 2003). Nesse caso não nos resta dúvida de que, o materialismo histórico dialético é o melhor método para compreender essa nova mercadoria: a natureza.

O materialismo histórico e dialético é o método criado por Karl Marx e Friedrich Engels para a superação do idealismo hegeliano, esse tinha como pressuposto o primado do espírito e da ideia antes da natureza e do homem, do pensamento antes da matéria (LEFEBVRE, 1995). Podemos dizer que para o marxismo o desenrolar da história e da geografia se dá através das condições reais e materiais de existência dos homens, não parte do que os homens imaginam, pensam ou representam, mas parte do que eles são em carne e osso, das suas atividades reais e do modo de produção de que fazem parte, isso é o fundamento sobre o qual todas as sociedades se desenvolvem, o ponto de partida da história e da existência da vida humana (MARX; ENGELS, 2002).

Interpretações vulgares ou mecânicas do materialismo histórico e do pensamento marxista elaboraram máximas até hoje reproduzidas, como a determinação da superestrutura (instâncias jurídicas, políticas e ideológicas da sociedade) pela base econômica e material. Essa visão dogmática, ortodoxa e cartesiana do pensamento marxiano, suprime o principal elemento do marxismo, a contradição. Em uma visão mais heterodoxa do marxismo, podemos compreender a estrutura econômica como um forte condicionante das outras dimensões da sociedade, não as determinando automaticamente e mecanicamente, pelo contrário, todas elas estão em interação dialética. O plano da cultura, da ideologia, das representações

tem a função de reproduzir as relações sociais de produção, são elas que vão dar a liga ao capital como relação social, e perpetuar historicamente esse modo de produção. Podemos concretamente afirmar, que nos filiamos a um materialismo crítico, não-reducionista e não-mecanicista (FOSTER, 2005). Para isso, precisamos aprofundar um pouco mais essa discussão inserindo os aspectos biofísicos da existência humana.

Foster faz uma afirmação polêmica para muitos marxistas de orientação mais ortodoxa e dogmática sobre o materialismo nas obras do Marx. O autor afirma que "não é possível entender plenamente a obra de Marx sem entender a sua concepção materialista de natureza e a sua concepção materialista de história" (FOSTER, 2005, p. 38). Essa citação tem como referência um famoso postulado teórico marxista, que pode ser encontrado, com o seu sentido filosófico pelo menos, em praticamente todas as obras de Marx, mas que, simbolicamente, citaremos uma passagem dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 (ou Manuscritos de Paris), devido ao seu duplo caráter, filosófico e econômico, e por ser uma obra rejeitada pela ortodoxia marxista por representar o período imaturo do jovem Marx, rótulo que colaborou para o engessamento epistemológico do marxismo durante longas décadas, e que tem seus efeitos até os dias de hoje. Abaixo segue a importante referência.

O homem é imediatamente ser natural. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de forças naturais, de forças vitais, é um ser natural ativo; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades (Anlagen und Dähigkeiten), como pulsões; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que sofre, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os objetos de suas pulsões existem fora dele, como objetos independentes dele. Mas esses objetos são objetos de seu carecimento (Bedürfnis), objetos essenciais, indispensáveis para a atuação e confirmação de suas forças essenciais. Que o homem é um ser corpóreo, dotado de forças naturais, vivo, efetivo, objetivo, sensível significa que ele tem objetos efetivos, sensíveis como objeto de seu ser, de sua manifestação de vida (Lebensäußerung), ou que ele pode somente manifestar (äussern) sua vida em objetos sensíveis efetivos (wirkliche sinnliche Gegenstände). É idêntico: ser (sein) objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou ser objeto mesmo, natureza, sentido para um terceiro. A fome é uma carência natural, ela necessita por conseguinte, de uma natureza fora de si, de um objeto fora de si, para se satisfazer, para se saciar. A fome é a carência confessada de meu corpo por um objeto existente (seienden) fora dele, indispensável à sua integração e externalização essencial (MARX, 2004, p. 127).

Para quem achava que a natureza, em Marx, era somente um dado, um elemento exterior ao homem, se choca ao ler esse trecho, e compreender toda a robustez teórica da dialética e do materialismo histórico. A natureza, para Marx, não pode ser tomada abstratamente como fez o idealismo hegeliano, separada do homem, pois para o homem ser um homem (um ser objetivo), precisa ter fora de si sua natureza (seu objetivo), sem isso o "homem não toma parte na essência da natureza" (MARX, 2004, p. 127) seria um ser não-objetivo (não natural), e um ser não-objetivo é um não-ser (MARX, 2004). Portanto, fica claro que não há uma dualidade essencialista entre homem e natureza em Marx, como muitos críticos preconizam, mas sim uma "dialética natureza histórica-história natural, a unidade da natureza que está para além de nós e a partir da qual nos realizamos e a significamos por mediações várias, em seu/nosso perpétuo movimento de criação (*poiesis*)" (LOUREIRO, 2007, p. 36). Dentro dessa mesma discussão, citaremos como exemplo, o artigo sobre a lei de roubos de madeira, que Marx escreveu em 1842 quando era editor do *Rheinische Zeitung*, um dos principais jornais da Renânia (FOSTER, 2005). Achamos que esse episódio revela muito sobre a concepção de natureza e de homem no pensamento do Marx. Podemos resumir a questão do roubo de madeiras ao direito dos camponeses de acessar às antigas terras comuns, mas que estavam sendo suprimidas com a industrialização e a ascensão da propriedade privada. Esse fato impedia a população de recolher madeira seca que era usada para aquecer e cozinhar (direito tradicional que existia desde dos tempos imemoriais). Nessa nova conjuntura, o proprietário da floresta transformava em valor de troca o que antes só tinha valor de uso, restringindo totalmente o acesso da população pobre de ter qualquer relação com a floresta, mesmo que fosse para a sua reprodução biológica (FOSTER, 2005). Esse exemplo só referenda a indissociabilidade dos fundamentos humanos e naturais no materialismo marxista, além de reforçar a retórica de que o capitalismo é socialmente desigual e ecologicamente destrutivo. Nesse sentido, e potencializando toda a radicalidade da dialética como método, Slavoj Žižek (2002) explica essa duplicidade negativa da lógica do capital.

Já era claro para Marx que os exploradores (os proprietários dos meios de produção, isto é, das condições objetivas do processo de produção) são um substituto do Outro objetivo-alienado (o capitalista é o agente do trabalho passado e "morto"). A subordinação da natureza pelos seres hu-

manos reflete-se, portanto, na cisão dentro da própria humanidade, na qual a relação se inverte: a relação produtiva geral entre a humanidade e a natureza é aquela entre o sujeito e o objeto (a humanidade como sujeito coletivo afirma sua dominação sobre a natureza por meio de sua transformação e exploração pelo processo produtivo); dentro da própria humanidade, contudo, os trabalhadores produtivos como força viva da dominação sobre a natureza são subordinados àqueles que são agentes ou substitutos da objetividade subordinada. [...] como a dominação da natureza provoca necessariamente a dominação de classe de pessoas sobre pessoas (ŽIŽEK, 2002, p. 197-198).

É nessa perspectiva, que Foster afirma que o materialismo histórico em Marx está focado, principalmente em um materialismo prático (FOSTER, 2005), "que afirma o papel constitutivo da agência transformadora do homem na reprodução e transformação das formas sociais" (FOSTER, 2005, p. 14). Esse fato revela o caráter essencialmente prático na relação sociedade e natureza; por isso, para Foster, a concepção materialista da história não pode se desvincular de uma concepção materialista da natureza, reconhecendo os seres humanos como seres naturais e sociais, e que essa integração se dá contraditoriamente através do trabalho, pelo qual a humanidade transforma a natureza e as suas relações sociais (FOSTER, 2005). Foi dentro dessa concepção de materialismo mais profundo, que o autor reconstrói a perspectiva ecológica em Marx, através da dialética da interação metabólica entre natureza e sociedade (FOSTER, 2005). Marx, em *O Capital*, empregou o conceito de metabolismo para definir o trabalho como o processo mediador entre a sociedade e a natureza, onde o homem, através do trabalho cria as mediações entre ele mesmo e a natureza (FOSTER, 2005). Derivado diretamente do conceito de metabolismo, Marx introduziu o conceito de falha na relação metabólica entre a natureza e a sociedade para expressar "a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formavam a base da sua existência" (FOSTER, 2005, p. 229)⁸.

Ainda dentro dessa discussão, mas já pensando nas possíveis contribuições do marxismo para o pensamento crítico na Geografia, apresentamos os conceitos de primeira natureza e segunda natureza. Todos sabemos que Marx usava essas expressões para se referir respectivamente a natureza no seu estado original, que

⁸ O conceito de metabolismo foi elaborado dentro do contexto de industrialização ascendente e sua relação com a fertilidade do solo nas áreas rurais. Essa relação violava as condições de sustentabilidade da natureza, limitando a reprodução do capital, do homem e das próprias condições ecológicas da natureza.

não foi transformada pelo homem, e o ambiente construído pelo homem (SOUZA, 2013), materialmente e imaterialmente. Sabemos que na atual conjuntura histórica de intensa intervenção do homem na natureza, não é possível mais falar em primeira natureza. Se levarmos em consideração o fato de que a natureza só pode ser percebida e apropriada pela cultura, talvez essa natureza natural nunca tenha existido (SOUZA, 2013; MOREIRA, 1999). Como consequência, o espaço geográfico na Geografia passou a ser encarado como resultado dialético da primeira em relação a segunda natureza, abrindo caminho para a compreensão do espaço como condição, meio e produto das ações humanas. É desse ponto que vamos fazer a aproximação necessária entre a Geografia e o marxismo.

O grande encontro: por uma Teoria Social (Crítica) do Espaço

A Geografia como campo do conhecimento apresenta um arcabouço categorial, conceitual e vocabular próprio, além de seu objeto de estudo compreender a *produção do espaço como resultado objetivo/subjetivo das relações sociais*, que a diferencia dos outros campos do conhecimento. Nesse sentido, vale reafirmar que a Geografia não estuda o espaço por ele mesmo, mas sim o sujeito no espaço e o sujeito como espaço. A Geografia pode ser definida como a atitude de representação e reflexão analítica do homem-no-mundo, a partir do modo como este nele organiza sua relação com a sociedade e a natureza – portanto consigo mesmo – no vir-a-ser do processo evolutivo da história. Refere-se, pois, à contextualidade e a existencialidade – diremos a geograficidade – espacial do homem no mundo, condição que difere aqui e ali de acordo com as estruturas da história (MOREIRA, 2004, p. 22-23). Portanto, a Geografia trata da relação do homem com a natureza, e de que forma essa relação produz espaço. Para o marxismo, como já vimos nas páginas anteriores, principalmente no conceito de metabolismo entre sociedade e natureza, “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2003, p. 11). E Marx continua, “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade” (MARX, 2011, p. 43). De acordo com o que

foi colocado até agora, o caráter ontológico tanto da Geografia como do marxismo, apresenta a relação entre sociedade e natureza como elemento essencial do método. O que precisamos é ajustar esse encontro entre a Geografia e o marxismo. Em uma primeira tentativa para construir esse encontro, baseada inicialmente na leitura e na interpretação mais tradicional, e até mesmo vulgar do marxismo, sobre a categoria de espaço, podemos afirmar que o espaço era visto de modo subordinado em relação ao tempo, sua função seria somente a de um substrato passivo e vazio de conteúdo, onde se dariam as relações sociais; o espaço não era uma preocupação direta desses marxistas. De alguma forma as análises desses marxistas reproduziram a concepção burguesa de espaço. Soja (1993, p. 107) também compactua com essa visão, quando diz que “o marxismo ocidental se assemelhou ao desenvolvimento da ciência social burguesa, ao encarar a organização do espaço como um ‘continente’ ou um reflexo externo, um espelho da dinâmica social e da consciência social”.

Entretanto, durante as décadas de 1960 e 1970 houve uma redescoberta da espacialidade pelas ciências sociais (inclusive a Geografia) através do materialismo histórico e dialético, principalmente a partir do filósofo francês Henri Lefebvre, que enfatizou o papel ativo do espaço para a compreensão dos fenômenos sociais no capitalismo (SOJA, 1983). Nessa nova abordagem, intitulada por Soja e Harvey de “materialismo histórico-geográfico” (HARVEY, 2004a, 2004b; SOJA, 1983), os processos sociais são incluídos na espacialização, e assim, passamos a entender o espaço como condição, meio e produto do processo de reprodução social (CARLOS, 2011, p. 19). Nesse novo contexto, a produção do espaço é condicionada pelos tempos históricos, quer dizer, o espaço vai ser construído e produzido a partir de contextos históricos específicos, que vão condicionar as formas como esse espaço vai ser produzido. Então, podemos dizer que o espaço e o tempo estão intimamente relacionados, contraditoriamente e complementarmente, um não existe sem o outro, o espaço só tem existência através do tempo e o tempo só consegue se realizar, se materializar e se concretizar através do espaço (SANTOS, 1996).

A geografia crítica (ou marxista) no Brasil teve diversos autores que construíram e desenvolveram essa perspectiva renovada do materialismo histórico (e geográfico), como Milton Santos, Ruy Moreira e outros, mas aqui gostaria de enfatizar

o papel proeminente que a geógrafa paulista Ana Fani Alessandri Carlos está tendo na transmutação da obra de Henri Lefebvre para o debate teórico sobre o papel da produção do espaço para a compreensão do nosso real concreto, colaborando para a constituição de uma *teoria social do espaço*, tendo como referência teórica a *economia política do espaço*. Nessa perspectiva a autora compreende que “as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais, o que significa que a análise geográfica revela o mundo como prática sócio-espacial” (CARLOS, 2011, p. 13). E toda prática sócio-espacial é realizada pela ação humana por meio do seu trabalho, da cultura e do contexto histórico em que está inserido. Nesse sentido, Santos (1988, p. 88) tem uma contribuição fundamental para a compreensão do espaço não como uma coisa em si, mas como um resultado da ação do homem sobre a natureza, ele nos diz que “toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico”. Essa visão é reforçada pela citação abaixo,

o espaço, como categoria do pensamento e realidade prática, traz em si a ideia de referência para o ser humano, uma vez que a sua condição de existência, assim como as transformações da sociedade trazem como consequência modificações espaciais. A ideia de condição, [...] aponta a preocupação de pensar o fundamento da análise espacial no movimento – realizada pela geografia –, localizando os movimentos da produção espacial como momento necessário de reprodução do humano (e do seu mundo). Essa condução torna possível uma primeira aproximação: a produção do espaço apareceria como *imanente* à produção social no contexto da constituição da civilização. O ato de produzir é o ato de produzir o espaço – isto é, a produção do espaço faz parte da produção das condições materiais objetivas da produção da história humana. Portanto, o espaço como momento da produção social encontra seu fundamento na construção/constituição da sociedade ao longo do processo histórico como constitutivo da humanidade do homem (CARLOS, 2011, p. 17).

O que Carlos está tentando esclarecer é que o espaço é o elemento fundamental para a existência e para a reprodução do homem enquanto um ser biológico e social. Ainda nessa perspectiva,

não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação de espaço. Por isso, a geografia estuda a ação do homem (SANTOS, 1988, p. 88).

Nesse caso “há uma relação dialética produção/reprodução da vida humana – produção/reprodução do espaço” (CARLOS, 2011, p. 24). É nesse ponto que precisamos compreender o deslocamento que o capital faz do chão da fábrica, para ou-

tras esferas da vida, incorporando espaços antes não-produtivos, como a natureza, a lógica da mercadoria. É importante compreender a função da questão ambiental na estratégia de acumulação de capital e de reprodução das relações sociais de produção. Assim, partimos do pressuposto teórico de que para a manutenção do modo de produção capitalista é necessário compreendê-lo de modo ampliado, se distanciando das interpretações casuísticas e restritas, que o consideram como mero sistema produtor de objetos e coisas, para um sistema produtor de valores, subjetividades e modos de vida; em outras palavras, como um processo civilizatório, que se (re)produz, principalmente, com um processo intensivo e extensivo de mercantilização das relações sociais e da natureza.

Essa perspectiva se assemelha muito a preocupação de Lefebvre com os mecanismos de reprodução das relações sociais de produção, deslocando o foco da sua interpretação do espaço fabril para o espaço urbano e para o cotidiano dos lugares (LEFEBVRE, 1977). Essa posição procura elucidar os processos ideológicos, culturais e políticos que se dão por meio das representações no espaço que potencializam a duração espacial e temporal do capitalismo, ou seja, “o ponto focal da análise deve ser o entendimento da reprodução das relações de produção, pois é por meio dela que o capitalismo continua e continuará influente e dominador” (ORTIGOZA, 2010, p. 158).

Para nos ajudar nessa empreitada, vamos recorrer a discussão sobre os processos mais globais que impõem sua dinâmica para todos os espaços. A partir de agora, é necessário recorrer a ideia do ocidente como uma criação histórica (IANNI, 1993; CHESNEAUX, 1996; LATOUCHE, 1994) e como um modelo para a expansão do capitalismo. Isso significa que o capitalismo se desenvolve como um processo civilizatório universal, que chamamos de ocidentalização do mundo que, reiteramos, integra as dimensões materiais e imateriais da vida. De acordo com Ianni (1993), a instituição do capitalismo como processo civilizatório apresenta algumas características: i) expansão contínua para outros espaços; ii) criação e recriação de meios de produção, forças produtivas e relações de produção em todos os espaços; iii) e a necessidade de reprodução ampliada do capital. Podemos reconhecer que, histórica e geograficamente, o capitalismo se intensifica e se expande continuamente, que apresenta um caráter mundializado e internacionalizado, além do que,

de acordo com os novos contextos espaço-temporais, altera a sua dinâmica, produzindo novas formas políticas, econômicas e culturais, criando novos perfis para sociedade. Na atual conjuntura histórica

está em curso um novo ciclo do processo de ocidentalização do mundo. Uma ocidentalização que é simultaneamente social, econômica, política e cultural, sempre se desenvolvendo de modo desigual, articulado e desencontrado. Originária da Europa, e revigorada nos Estados Unidos, ela se expande pelos países e continentes, em surtos sucessivos, frequentemente contraditórios. Sintetiza-se em padrões e valores sócio-culturais, modos de vida e trabalho, formas de pensamento, possibilidades de imaginação. Juntamente com os princípios de liberdade, igualdade e propriedade, articulados no contrato, compreendendo o mercado, a produção de mercadorias, lucro, mais-valia. O liberalismo econômico e o contratualismo político constituem alguns elementos básicos da matriz dessa civilização (IANNI, 1993, p. 69).

Esse novo ciclo de ocidentalização do mundo se apresenta com a primazia total do mercado em todas as dimensões da vida, alcançando desde os modelos de governança até os rincões mais banais da vida cotidiana. Chamamos esse período de capitalismo neoliberal,

[...] o ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, concepção do público e do privado, ordenação da sociedade e visão de mundo (IANNI, 1993, p. 69).

O neoliberalismo se apresenta constantemente para o público mais leigo como uma teoria econômica, quando na verdade, deve ser visto como uma visão de mundo que (re)produz valores básicos referentes ao conhecimento, ao homem, à natureza, à geografia, à história, ao progresso, à riqueza etc.; em outras palavras, “deve ser compreendido como um discurso hegemônico de um modelo civilizatório” (LANDER, 2005, p. 21).

Quando o discurso se associa à prática e as cidades passam a ser organizadas pela lógica neoliberal, essa forma de pensar a cidade leva às últimas consequências a racionalidade ocidental, onde há a predominância do econômico sobre as dimensões da vida, a mercantilização de todas as esferas da sociedade e a onipotência da técnica como solução para as questões políticas e/ou problemas do cotidiano do cidadão, como por exemplo, a questão ambiental. É desse ponto que caminhamos para o final do artigo, ponto onde a natureza da cidade passará a ter um papel fundamental de coesão e legitimação para o projeto neoliberal de cidade que está em voga e para a reprodução das relações sociais de produção através do discurso do

desenvolvimento sustentável do ambiente urbano. Dentro desse contexto, as cidades são centrais para a construção e reprodução do neoliberalismo como o lócus central para as novas estratégias locais de acumulação do capital, e a questão ambiental, através de processos de capitalização da natureza, tem o papel de fazer durar no espaço-tempo da cidade a lógica do mercado.

O desfecho: da questão ambiental para à questão urbana

O Rio de Janeiro se tornou a materialização dessa lógica de mercado, onde o domínio do valor de troca, da mercadoria, passou a modificar e transformar o nosso cotidiano. Diante desse cenário faz-se necessário novamente recorrer a Henri Lefebvre para compreender a origem histórica da matriz dessa racionalidade. A cidade moderna, que materialmente e virtualmente objetiva a sociedade urbana, nasce com a implosão-explosão da cidade tradicional marcada pelos processos de industrialização (LEFEBVRE, 1986, 2001). Isso significa que o processo de urbanização é uma consequência direta da industrialização, ou seja, inicialmente a industrialização produz a urbanização, em seguida, o urbano se autonomiza (relativamente) e passa a ter mais importância do que a indústria. A sociedade urbana se constituiu sobre os escombros da cidade tradicional, e no interior dessas transformações a relação entre industrialização e urbanização se altera. O urbano deixa de ser o recipiente passivo da produção industrial, ganhando notoriedade e centralidade (LEFEBVRE, 2001).

A indústria surgiu efetivamente como a “não-cidade” e a “anti-cidade”. Ela se implantou ao sabor dos recursos que empregava em seu favor, a saber, as fontes de energia, de matérias-primas, de mão-de-obra, mas ela atacou as cidades no sentido mais forte do termo, destruindo-as, dissolvendo-as. Ela as fez crescer desmesuradamente e provocou uma explosão de suas características antigas (fenômeno de implosão-explosão). Com a Indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desapareceram, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo e a natureza tornam-se mercadorias; o espaço, indispensável para a

vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente a generalização do produto (LEFEBVRE, 2008).

A sociedade urbana não se encontra acabada, as contradições produzidas no período industrial através da disseminação e generalização do mundo da mercadoria para todos os espaços, contamina o cotidiano pela racionalidade econômica, impedindo e limitando que o urbano se concretize na sua completude como o espaço de realização de todas as potencialidades do homem. Lefebvre nos deixa algumas pistas importantes para compreender a atual questão ambiental sob o seu olhar. Dentre as contradições que se originam no período industrial e que funcionam como uma barreira e bloqueio (como uma ideologia) para o desenvolvimento de uma sociedade urbana, encontramos a chamada questão ambiental: “(...) a poluição, o meio ambiente, a ecologia e os eco-sistemas, o crescimento e sua finalidade, fragmentam e mascaram os problemas do espaço” (LEFEBVRE, 2008). Isso não significa que Lefebvre é a favor da destruição dos ecossistemas e do uso irrestrito dos bens naturais de uso coletivo. Pelo contrário, essa lógica coopera com a expansão do espaço com valor de troca. A grande contradição se encontra no uso da racionalidade empresarial – causadora dos problemas ambientais – como princípio para as soluções das questões que assolam o ambiente. A racionalidade empresarial e mercantil é uma permanência do período industrial (LEFEBVRE, 1999, 2008; CASTORIADIS, 1992). Essa lógica, que parte da dominação e controle da natureza e a sua substituição por mercadorias e bens a serem consumidos, foi a responsável pela crise ambiental da contemporaneidade. Estamos falando do aumento da concentração de gases poluentes e do efeito estufa devido a queima de combustíveis fósseis; da escassez de água potável e sua desigual distribuição; da degradação dos solos por erosão e salinização devido a expansão do agronegócio; e do desmatamento e perda de biodiversidade. Os ideólogos do urbanismo e do planejamento estratégico estendem para toda a sociedade, para a natureza e para a realidade urbana em formação os princípios empresariais; sua organização, sua lógica, seus discursos, simbologias e significados não se encaixam na nova racionalidade que está sendo criada, a racionalidade urbana (LEFEBVRE, 1999, 2008). São fruto e condição da expansão do racionalismo ocidental, que representa o capitalismo como modelo civilizatório. Aplicar essa racionalidade ao urbano é construir equívoco-

cos, ilusões e ideologias que vão ser impostas a toda a sociedade como sendo únicas e verdadeiras por meio desse modelo de desenvolvimento. Podemos perceber que há uma tentativa de reintegração da natureza na economia através de processos de custos de conservação e de poluição e/ou a valoração (lê-se mercadificação) dos recursos naturais (LEFF, 2001). E é exatamente esse terceiro elemento que está em curso no modelo de sustentabilidade que está sendo implementado no Parque Nacional da Tijuca com a caracterização e valoração das marcas do Parque Nacional da Tijuca, que se dará através da mercadificação de áreas, paisagens, elementos da natureza e monumentos identificados de forma a subsidiar acordos de adoção e patrocínio com empresas e instituições públicas e privadas. Nesse sentido, busca-se a solução para as questões ambientais geradas pelo capitalismo industrial no seio da mesma racionalidade instrumental e econômica desse período; “paradoxalmente, a sustentabilidade incorporaria assim, uma insustentabilidade intrínseca às contradições do próprio capitalismo” (MOREIRA, 2004, p. 3). Essa é uma das respostas que muitos economistas e ambientalistas ensaiam através da privatização da natureza, “segundo este raciocínio, a sustentabilidade do desenvolvimento estaria garantida a partir do momento em que fosse possível atribuir um ‘preço correto’ à natureza” (GUIMARÃES, 1997, p. 26), corroborando com a máxima de que a razão por excelência da matriz de pensamento do racionalismo moderno e ocidental é a matemática (CASTORIADIS, 1987). Só seria legítimo, científico e racional, o modelo de desenvolvimento urbano sustentável pautado pelos mecanismos econômicos de custos e rendimentos, legitimando a lógica mercantil como a única saída possível para os impasses ambientais. Essa “subsunção da sustentabilidade ao mercado carrega assimetrias de poderes na distribuição dos valores de troca de mercadorias e serviços, dentre os quais as mercadorias e serviços oriundos dos usos da natureza” (MOREIRA, 2004, p. 3). O próprio Lefebvre, profeticamente, na década de 1970 já antevia esse processo:

o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso, se esfumam; ao mesmo tempo e que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos (LEFEBVRE, 2008).

Esse processo de mercadificação da natureza se insere em um contexto mais amplo de generalização da mercadoria para a dimensão do cotidiano, submetendo

cada vez mais a produção do espaço a uma lógica que tem como referência o modelo do empresariamento da administração urbana, em que se articula o planejamento da cidade aos princípios da empresa privada e da racionalidade econômica.

Referências

- CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II: o domínio do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CHESNEAUX, J. **Modernidade-mundo**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. T. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. São Paulo: Bertrand Russel, 2001. p. 19-45.
- FERREIRA, A. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica a formulação de políticas públicas. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (Orgs.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 13-44.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; SOS MATA ATLÂNTICA. **Termo de referência 01: contratação de “estudo de potencial de captação de recursos por meio da adoção de áreas e patrocínio ao Parque Nacional da Tijuca, município do Rio de Janeiro-RJ”, a ser coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação SOS Mata Atlântica**. [S.l., 2013]. Disponível em: <http://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2013/04/TR1_Tijuca_2013.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.
- JAPPE, A. Las sutilezas metafísicas de la mercancía. **Mania**, Barcelona, n. 7, p. 19-28, 2000.
- GREGORY, D.; SMITH, D. M. ; JOHNSTON, R. J. **Diccionario de Geografía Humana**. Madri: Alianza, 1987.
- LANDER, E. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LATOUCHE, S. **A ocidentalização do mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 186-212.

_____. Lo urbano. Tradução de Margarida Maria de Andrade. In: LEFEBVRE, L. **Le retour de la dialectique**: 12 mots-clef pour le monde moderne. Paris: Messidor; Éditions Sociales, 1986, p. 159-173.

_____. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

_____. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFF, H. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 13-68.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 113-132, jan.-jul. 2001.

_____. Geografia, geografia física e meio ambiente: uma reflexão a partir da problemática urbana. **Revista da ANPEGE**, [s.l.], n. 5, p. 123-134, 2009.

MOREAUX, M. A ritmanálise e o urbano: aproximações iniciais. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; SILVA, A. C. P.; MARAFON, G. J. (Orgs.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 173-192.

MOREIRA, Roberto J. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neo-marxista. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 239-265.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e Geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 11, p. 21-37, dez. 2004.

ORTIGOZA, S. A. G. As possibilidades de aplicação do método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre na Geografia Urbana. In: GODOY, P. R. (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 157-184.

POGREBINSCHI, T. **O enigma do político**: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTANA, P. V. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Orgs.). **Espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 177-189.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. H.; SILVEIRA, C. B. (Orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 22-74.

_____. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ŽIŽEK, S. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Recebido em janeiro de 2014;

aceito em fevereiro de 2014.

*O presente artigo é o resultado do exame de qualificação a nível de mestrado realizado em 2014, no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da PUC-Rio, sob a orientação do Prof. Dr. Alvaro Ferreira.